



Jantar Baile do Dia do Professor e Chá dos Aposentados

Outubro também foi tempo de comemoração! Leia o relato e veja algumas fotos nas **páginas 4 e 5.**

edição 196|
outubro de 2015
jornal mensal do
Sindicato dos
Professores Municipais
de Santa Maria

primeira classe



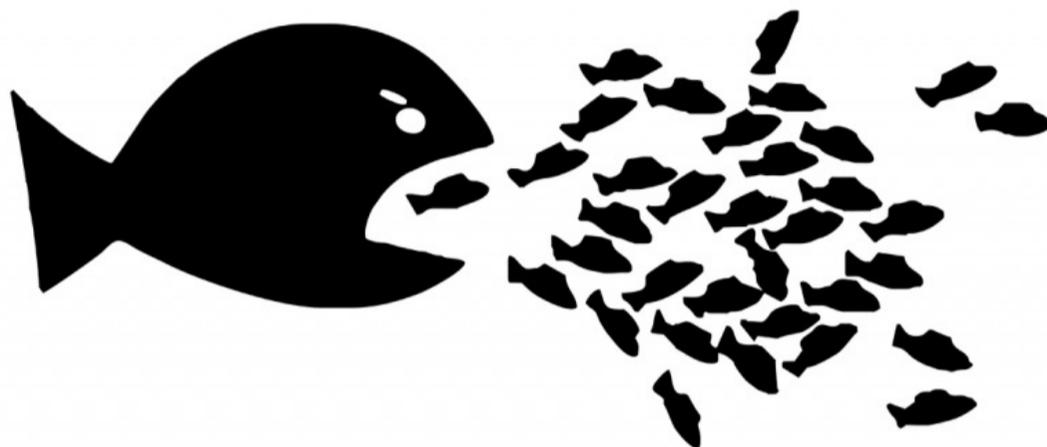
**“Não posso prometer nada pra vocês”,
diz Schirmer sobre reajuste salarial**

O **final do ano se aproxima**, e os professores municipais seguem com vencimentos **6,6% abaixo** do patamar mínimo do **Piso Nacional** do Magistério

Páginas 6 e 7

EDITORIAL

O ano está chegando ao fim, mas a luta não terminou



“Juntos, lotando as praças, somos assunto de jornal e de rodas de conversa – nossa causa entra para a agenda de debates da cidade de maneira orgânica. Mas isso só acontece através do empenho coletivo”

Quando esta edição do Primeira Classe chegar às escolas e às residências, já teremos avançado alguns dias do mês de novembro. Por conta da audiência pública que tratou dos planos de saúde, ocorrida no dia 28 de outubro, abordada neste jornal, optamos por adiar um pouco a entrega do periódico. Quando este jornal estiver em suas mãos faltará um pouco mais de um mês para que o calendário escolar chegue ao final. Começa o período de elaboração de pareceres e avaliações, e logo adiante chegam os feriados de fim de ano. As férias, que vem a seguir, são um conforto depois de muito trabalho – que, apesar do nosso esforço, nem sempre ocorre nas melhores condições.

Em paralelo, todavia, aproxima-se uma das perspectivas mais pessimistas que tínhamos para 2015: o ano pode acabar sem o pagamento dos 6,6% restantes que faltam para atingir o patamar mínimo do Piso Nacional do Magistério. Durante 2014 – um ano bem diferente do ponto de vista econômico – o reajuste tardou, mas veio. Não é algo apenas simbólico. O não pagamento do Piso em um ano acarreta em um somatório de prejuízos. Supondo que o reajuste do Piso for o mesmo em 2016 do que foi em 2015 (13,01%), serão pelo menos 19,61% - isto é, os possíveis 13,01% de 2016 mais os 6,6% não pagos em 2015 – abaixo

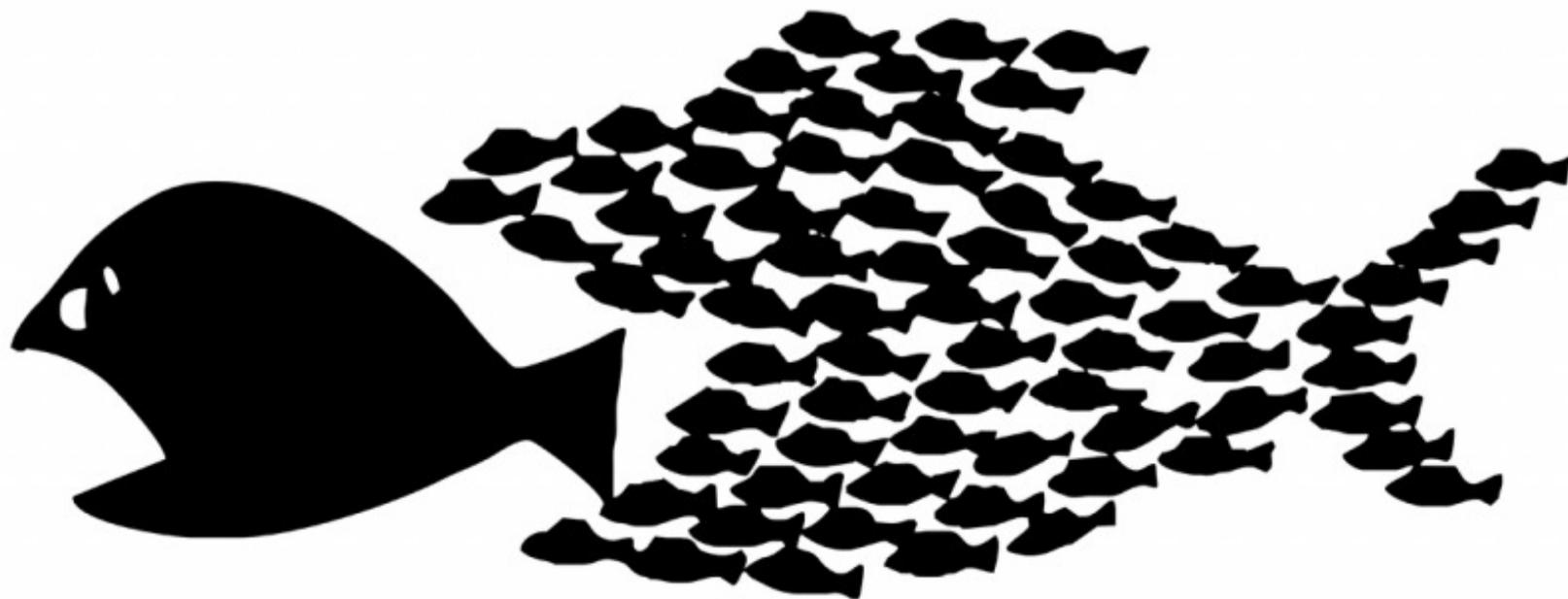
do patamar mínimo delimitado pela lei. E se já é difícil conquistar da prefeitura os 6,6%, um valor de menor relevância nas contas públicas, qual é a probabilidade de efetivação um aumento de quase 1/5 para todo o professorado? O ano que vem, de acordo com economistas, será de aprofundamento da crise que ocorre no país – e que infelizmente penaliza os pobres e os serviços públicos essenciais. Devemos exigir, portanto, com ainda mais coragem, que a educação – e um dos aspectos mais importantes para um bom ensino é justamente a remuneração dos professores – não seja penalizada.

É sobretudo por essa razão – dentre outras também bastante graves, obviamente – que solicitamos à categoria o maior empenho possível no próximo mês. A coordenação sindical, por si só, não tem o poder de barganha de uma categoria que soma cerca de 1300 professores da ativa e mais de 600 aposentados. As reuniões de gabinete, sozinhas, tampouco podem “convencer” o prefeito Cezar Schirmer – este sim, com o poder que sua atribuição lhe confere – a pagar o que deve ao magistério. Ou alguém imagina que a argumentação em um encontro a portas fechadas o fariam mudar de ideia?

Acreditamos firmemente que as ruas de

Santa Maria são o espaço ideal para mudar esse quadro. Ali nos encontramos como categoria, damos visibilidade à nossa causa. Juntos, lotando as praças, somos assunto de jornal e de rodas de conversa – nossa causa entra para a agenda de debates da cidade de maneira orgânica. Mas isso só acontece através do empenho coletivo.

A indignação – como já dissemos no editorial da edição de setembro do Primeira Classe – foi detectada na categoria. Há uma maioria insatisfeita com seu salário, com o plano de saúde que exclui pelo preço, pelo recorrente autoritarismo da Secretaria de Educação ou pela impossibilidade de realizar as reuniões pedagógicas semanais. Precisamos, neste momento, nos organizar. Entra aí a importância da assembleia sindical. São importantíssimos os debates nas salas de professores ou pelo Facebook – porque nos fazem aprender, trocar opiniões. É na assembleia, entretanto, o momento para encaminhar coletivamente o que será feito. Precisamos lotar o Salão de Eventos da Catedral Diocesana no dia 11 de novembro. Para debater, mesmo que discordando da coordenação sindical – pois a assembleia é de toda a categoria, não apenas de quem dirige o Sinprosm neste momento. Desejamos a todas e todos uma boa leitura. Vemo-nos na assembleia!



REPORTAGEM



Planos de Saúde discutidos em audiência pública



O lugar reservado para a Prefeitura Municipal ficou vazio, embora Schirmer tenha prometido comparecer

A crise do plano de saúde dos municipais santa-marienses completa, no mês de outubro, pelo menos um ano de existência. Foi nesse período, em 2014, que o “plano por percentual” – modalidade de pagamento que levava em consideração o salário do trabalhador – foi cancelado pela Unimed e todos os segurados passaram a pagar de acordo com a idade. Aí começava – de maneira mais acentuada, já que haviam reclamações a respeito do plano desde muito antes – uma tragédia que atinge sobretudo servidores aposentados e com menores salários. Hoje o plano pode chegar a cerca de 750 reais, um valor incompatível com a média salarial dos aposentados.

No dia 28 de outubro a Comissão de Meio-Ambiente e Saúde da Câmara de Vereadores, solicitada pelo Sinprosm, realizou uma Audiência Pública para tratar oficialmente do assunto. Dezenas de professores e servidores do município foram à sede do Poder Legislativo para acompanhar e opinar sobre as possíveis soluções para a pauta. Além do vereador Manoel Badke (DEM), que é presidente da Comissão, estavam presentes o Sindicato dos Municipais e o Diretor Executivo do Instituto de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores Municipais, Eglon do Canto. A Prefeitura

Municipal, que havia sido convidada, não enviou nenhum representante.

Há, no momento, duas soluções mais viáveis para o problema: a adesão ao plano de saúde do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE) – que, entretanto, depende do próprio instituto, do governo do estado e da Assembleia Legislativa – ou a criação de um plano próprio para os municipais, a exemplo do que ocorre em cidades como Passo Fundo e Novo Hamburgo, conforme relatamos na penúltima edição do Primeira Classe. A audiência pública tratou sobretudo dessa possibilidade, apesar da ausência de representantes da Prefeitura Municipal – a única entidade capaz de viabilizar a solução.

A contratação, por parte do poder público, de empresas privadas para prestar o serviço de plano de saúde a seus funcionários, segundo o Diretor do IPASSP, Eglon do Canto, “foi terceirizada desde o início, em toda a história do instituto”. Para ele, seria necessário um estudo de viabilidade para implantação do projeto: analisar fornecedores, custos e arrecadação. Tal estudo poderia ser realizado inclusive através de contratação de uma empresa especializada por parte do IPASSP, mas colocá-lo na prática é atribuição da prefeitura. De acordo com Eglon, o instituto tem hoje apenas dois funcionários para tratar da saúde – todos os outros, por conta da demanda de serviço, dedicam-se à previdência. E pior: um desses funcionários, que são cedidos de outras áreas da administração municipal, deve se aposentar em breve. Para assumir a tarefa de gerenciar autonomamente a saúde dos municipais, portanto, o IPASSP teria que passar

por uma reestruturação ou um novo instituto de veria ser criado.

Jane May de Oliveira Leal, coordenadora de organização e patrimônio do Sinprosm, relatou que a ideia de propor um plano surgiu quando descobriu-se que o projeto de reestruturação do IPE que, entre outros pontos, permitiria a adesão de outros municípios, continha um artigo que dizia não ser possível para aposentados aderirem ao plano. Ela também apresentou os planos próprios de Novo Hamburgo, chamado IPASEM, e Passo Fundo, chamado CAPASEMU, visitados pelo Sinprosm há cerca de dois meses. Os planos têm contribuições entre 5,5% (no caso do IPASEM) e 6,8% (CAPASEMU) do salário dos servidores – valor bem abaixo do cobrado pela Unimed em Santa Maria. Há coparticipação nos planos – entre 25% e 35% –, mas o valor parcelado nunca pode ultrapassar 20% da renda mensal.

Para Renato Costa, presidente do Sindicato dos Municipais, a situação é mais preocupante porque “não se trata de que a empresa A ou B seja cara. É também um problema que se deve à defasagem salarial acumulada durante anos entre os servidores”. O sindicalista também se mostrou indignado com a ausência da prefeitura da audiência, “a parte fundamental” no ato. Já para Paulo Merten, coordenador de Formação Sindical e Comunicação do Sinprosm, o que se espera agora é celeridade no processo “esses estudos não podem ser colocados num horizonte distante. É preciso compromisso público e cabe inclusive ao IPASSP protagonizar essa luta”.

“Por que há doze anos a saúde era boa e depois piorou tanto? Como o IPE pode ser barato e ter bons serviços, enquanto nós pagamos muito mais por um serviço pior?”

Maria Araci Menezes Padilha, professora aposentada.



Comemorando o Dia do Professor com o tradicional Jantar Baile

No dia 17 ocorreu um dos eventos mais esperados no ano pela rede municipal de educação: o Jantar Baile do Dia do Professor. Cerca de 500 professores e seus acompanhantes confraternizaram com seus pares no baile promovido pelo Sinprosm – e a festa, sediada no CTG Sentinela da Querência, foi até a madrugada.

A coordenação do sindicato só tem a agradecer a todas e todos os presentes – que, no fim das contas, são os responsáveis pela divertida festa! Ano que vem tem de novo!





Diversão e reencontro no Chá dos Aposentados

Na tarde do dia 29 ocorreu o tradicional Chá dos Professores Aposentados, que reuniu cerca de 160 docentes no salão da Catedral Diocesana. O evento, que é uma promoção da Secretaria dos Aposentados do Sindicato, tem como objetivo oferecer um espaço de encontro e confraternização para os professores que não estão mais na ativa.

O Chá contou com várias atrações, entre elas distribuição de brindes, música ao vivo, desfile de moda e apresentação da turma de professores aposentados que fazem aula de dança com a Professora Lívia Thomas.





Ainda sem reajuste salarial

Schirmer alegou que a crise econômica o impede de pagar equiparação ao Piso Nacional do Magistério e que no momento não pode “prometer nada”

A coordenação do Sindicato foi recebida na tarde do dia 14/10, véspera de Dia dos Professores, pelo prefeito Cezar Schirmer e pela secretária de município da educação, Silvana Guerino, para tratar das pautas de reivindicação dos professores municipais.

O pagamento do índice de 6,6% para que se alcance o Piso Nacional do Magistério foi pauta central da reunião. O prefeito alegou que a crise econômica e a falta de repasses dos governos estadual e federal o impossibilitariam de pagar o Piso no momento. Schirmer repetiu o discurso que havia feito na última reunião com o Sinprosm, em julho, dizendo que tem a intenção de dar o reajuste, mas não sabe quando o fará. “A situação é imprevisível e não posso prometer nada para vocês”, disse ele.

Os professores da coordenação ressaltaram a preocupação da categoria com o fato de que em janeiro o Ministério da Educação fará um novo reajuste do Piso, e os índices se acumularão, caso o prefeito não pague ainda esse ano.

A questão do plano de saúde dos servidores públicos municipais – outra pauta central na luta da categoria – também foi discutida na

reunião. O prefeito concordou que o processo de tratativas com o IPE-Saúde tem sido demorado e disse ter consciência que grande parte do funcionalismo público da cidade não tem condições de pagar pelo plano de saúde privado contratado pela Prefeitura.

A coordenação do sindicato entregou ao chefe do Executivo as legislações que regem a CAPASEMU e o IPASEM, autarquias que administram a saúde dos servidores em Passo Fundo e Novo Hamburgo. A coordenação do Sinprosm, que visitou as duas instituições recentemente, já havia entregue a mesma proposta para a Câmara de Vereadores, para a Secretaria Especial de Coordenação do Desenvolvimento Institucional e para o Instituto de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais – IPASSP-SM.

Os professores aproveitaram a ocasião para convidar o chefe do Executivo Municipal para comparecer na Audiência Pública na Câmara de Vereadores para tratar da possibilidade da criação de um plano autogestionável na cidade. Embora o prefeito tenha se comprometido em reunião que participaria da audiência, a prefeitura acabou não mandando representantes. (Mais detalhes sobre a

audiência na página 3).

Em relação à chamada dos aprovados no último concurso da prefeitura, a secretária Silvana Guerino afirmou que a SMEd acordara com o comitê gestor, que contém representações das direções das escolas, que os novos professores da rede passariam a ser chamados a partir de 15 de janeiro de 2016, pois o ano letivo já está se aproximando do fim.

A coordenação reiterou também a importância de que 1/3 da carga horária do professor seja garantida para planejamento, pauta constantemente defendida pelo Sinprosm nas reuniões com a SMEd e a Promotora Regional de Educação.

Os professores também fizeram o prefeito saber sobre a solicitação encaminhada à Secretaria de Finanças para que se reajuste o vale-alimentação dos servidores, valor que ainda não foi revisto este ano.

Por fim, o pedido de que as professoras tenham garantidos 180 dias de licença maternidade também foi posto ao prefeito. O chefe do executivo orientou, então, a Secretária de Educação de que se fizesse um estudo da população afetada e do que isso representaria no quadro das escolas.

Senado vota novo projeto sobre o Piso

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado Federal aprovou no dia 20 de setembro o Projeto de Lei do Senado nº 114 (PLS 114/2015), de autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PcdoB-AM), que traria um aumento real ao Piso Nacional do Magistério de maneira gradativa no decorrer de três anos. Segundo o projeto, o piso de um professor de educação básica com jornada de 40 horas semanais passaria de R\$ 1.917,78 para R\$ 2.743,65 por mês.

Após receber parecer favorável na CE, o projeto passou para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, onde no momento aguarda designação do relator. Se aprovado nessa comissão, a PLS 114 deverá passar direto para a Câmara de Deputados.

Para garantir a viabilidade da proposta, o projeto prevê que a União seja a responsável financeira pelo acréscimo desses valores durante cinco anos. Para tal, 5% dos valores arrecadados pelas Lotéricas da Caixa Econômica Federal seriam destinadas para a complementação da folha dos professores da educação básica.

Atualmente, o cálculo do piso anual é feito através da comparação do valor anual mínimo por aluno definido pelo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) nos dois anos anteriores. Já o cálculo do valor aluno-ano é feito pelo Ministério da Educação tendo como base o número de matrículas e valor do investimento em educação.

Embora muitos municípios e estados não cumpram a Lei do Piso, como é o caso de nossa cidade e do estado do Rio Grande do Sul, ela é um dos principais instrumentos para garantir a valorização profissional da categoria. Cabe lembrar que a Meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE), (Lei nº 13.005/2014) estabelece que os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica devem ser valorizados salarialmente de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PNE. Desde que entrou em vigência, em 2009, a Lei do Piso já garantiu ao todo um reajuste de 87% na folha, porém um aumento real de apenas 37%.

Mesmo se fosse pago, Piso não alcançaria o “mínimo necessário”

De acordo com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o salário mínimo necessário para que um trabalhador e sua família supram as necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência seria de R\$ 3.210,28 (valores de outubro de 2015), cerca de 168% do valor calculado como Piso Nacional atualmente. Em relação ao salário mínimo, que hoje é de 788 reais, a diferença pode chegar a 4,11 vezes.

O valor é calculado de acordo com o preço da cesta básica nas capitais com maior custo de vida e seria o mínimo para a subsistência de uma família de quatro pessoas. As necessidades básicas - alimentação e moradia, como citamos no parágrafo anterior - são definidas como direitos básicos na Constituição Federal.



Fotos: Blog Mulheres Donas de Si

Professora municipal dirige filme sobre o combate ao câncer de mama

A videoteca do Sinprosm conta agora com o documentário “Mulheres Donas de Si - Celebrando a Vida”, iniciativa santa-mariense para a celebração do Outubro Rosa, mês em que é trabalhada a conscientização sobre o câncer de mama, o mais comum entre mulheres.

No documentário, 13 mulheres que foram afetadas pelo drama de serem diagnosticadas dividem suas experiências, relatando temas como o cotidiano, o tratamento e a superação da doença.

A importância do apoio familiar também é um dos focos do filme. O documentário traz entrevistas de um marido e de uma filha de mulheres que enfrentaram o câncer, além de contar a inspiradora história de mãe e filha que foram diagnosticadas e se curaram praticamente juntas.

Além do relato de ex-pacientes e familiares, o filme também conta com uma entrevista com o médico mastologista Dr. Fábio Jobim, que ressalta a importância da prevenção e do autoexame, visto que a doença geralmente age silenciosamente. O médico ainda fala sobre os avanços na medicina no combate ao câncer de mama e da importância de um tratamento multidisciplinar, que trabalhe

não apenas com a saúde física, mas também mental das pacientes.

O documentário é uma iniciativa do blog “Mulheres donas de si” (mulheresdonasdesi.com.br), um sítio voltado para mulheres acima dos quarenta anos, que buscam tratar de assuntos como bem-estar, saúde, cultura, moda e decoração de uma maneira diferenciada.

Para colocar a ideia em prática, as criadoras do projeto convidaram a professora Claudia Nunes para dirigir o filme. Ela leciona nas EMEFs Padre Nóbrega e Francisca Weinmann, e nesta última participa do projeto “Cinema na Escola”, que envolve os alunos do pré ao oitavo ano na pesquisa e produção de filmes de curta e média-metragens. Em 2014 o projeto lançou o documentário “Mestre Setembrino: do presente ao futuro”, sobre a vida e a obra do grande saxofonista que tem em seu repertório, entre tantos trabalhos de relevância, o hino de Santa Maria.

O documentário “Mulheres donas de si - Celebrando a vida” será distribuído por todas as escolas da rede pública municipal pela Secretaria de Município de Educação.



A professora Claudia Nunes dirigiu o filme. Ela leciona nas EMEFs Padre Nóbrega e Francisca Weinmann, e nesta última participa do projeto “Cinema na Escola”, que envolve os alunos do pré ao oitavo ano na pesquisa e produção de filmes de curta e média-metragens.

ASSEMBLEIA SINDICAL

PISO

SÓ SE CONQUISTA COM

MOBILIZAÇÃO

**Quarta-feira | 11 de novembro | 17h | Salão de
Eventos da Catedral Diocesana**

**Mala Direta Postal
Básica**

9912342496/2014 - DR/RS
SINPROSM

///CORREIOS///



CNPJ: 92458835/0001-08

Rua André Marques, 418. 97010-040

Santa Maria RS

Contato: 55 3223.0168 / 3025.1418 /

sinprosm@gmail.com

COORDENAÇÃO:

Ieda Moraes Struniks
Jane May de Oliveira Leal
Magda Dias Alvarez
Mariane Frigo Denardin
Paulo Ricardo Merten
Sandra Carginin

**PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA, REDAÇÃO,
REVISÃO E
DIAGRAMAÇÃO:**

GREGÓRIO MASCARENHAS MTB 17444
FELIPE SEVERO - MTB 17952

IMPRESSÃO: Jornal Gazeta do Sul
TIRAGEM: 2.000 exemplares

Quer ver algum projeto ou atividade da sua escola publicado no Primeira Classe?
Entre em contato com o sindicato pelo email: sinprosm@gmail.com